



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO IFSUL – CÂMPUS LAJEADO*

ARAÚJO, Helena Miranda da Silva¹; KUHN, Malcus Cassiano²; MARCHESAM, Michele Roos³; MORAES, Ana Paula Colares Flores⁴

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Lajeado. helenaaraujo@ifsul.edu.br ; ²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Lajeado. malcuskuhn@ifsul.edu.br ; ³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Lajeado. michelemarchesan@ifsul.edu.br , ⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Lajeado. anamoraes@ifsul.edu.br

RESUMO: O presente relato traz a trajetória vivenciada pelo grupo de docentes e pedagogas do IFSul - Câmpus Lajeado numa experiência de educação inclusiva com um estudante do curso Técnico em Administração – forma subsequente, no período de fevereiro/2017 até julho/2018. Trata-se de um estudante com deficiência intelectual que apresentou desafio maior ao grupo por ser a primeira situação de inclusão num câmpus com pouco tempo de atividades. O relato objetiva identificar pontos importantes a serem observados em um processo de inclusão, bem como, os desafios e possibilidades que ele suscita. Estão descritas as estratégias utilizadas pelo grupo bem como os resultados que foram obtidos, entre eles a integração do estudante, trabalho conjunto dos professores na causa e a permanência e êxito do estudante no curso. As lições aprendidas com a experiência foram de grande relevância, entre elas, a de que qualquer processo de inclusão requer conhecimento técnico (legislação, características e peculiaridades da deficiência, conhecimento sobre estratégias, metodologias e recursos utilizáveis) e exige atitude dos envolvidos para redefinir procedimentos e se reinventar, uma vez que não se encontram “receitas” e é no caminhar que se faz o caminho.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Permanência. Êxito. Acesso.

1. CONTEXTO

O presente relato aborda a experiência vivenciada com um estudante do curso Técnico em Administração, forma subsequente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - câmpus Lajeado, no período entre fevereiro de 2017 e julho de 2018. A relevância da experiência é atribuída ao fato de ter se tornado o primeiro desafio de educação inclusiva no campus, diante da matrícula de um estudante com diagnóstico de deficiência

intelectual e de defasagem entre idade cronológica e idade mental.

Com o relato, objetiva-se identificar pontos importantes a serem observados em um processo de inclusão, bem como, os desafios e possibilidades que ele suscita.

O acesso de estudantes com deficiência à educação está garantido na legislação brasileira, alicerçada nos documentos internacionais, resultantes de acordos mundiais que fundamentam e são marcos para o processo de inclusão.



A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, no Artigo 205, garante que a educação é direito de todos os cidadãos e dever do estado e da família. Além disso, em seu Artigo 206, inciso I, assegura a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, a Constituição de 1988 prevê (Artigo 208, inciso III) que este deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Por sua vez, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96 – traz um capítulo inteiro dedicado à Educação Especial - Capítulo V. Entre outras definições, possibilita a flexibilização do currículo, métodos, recursos para atender às necessidades especiais do educando (BRASIL, 1996)

No âmbito do IFSul, pode-se contar com as orientações da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, Resolução nº 51/2016. A Instrução Normativa nº 03/2016 – PROEN orienta sobre os procedimentos referentes ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência. (IFSUL, 2016)

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Com o ingresso do estudante no curso Técnico em Administração, houve uma preocupação inicial dos docentes em saber sobre a sua deficiência e como trabalhariam com ele, visto que, no câmpus não se havia passado pela experiência de realizar Planejamento de Ensino Especial. Em reunião de docentes com pedagogas e direção, decidiu-se por alguns procedimentos iniciais:

- Conhecer o estudante: buscar proximidade; perceber como se sentia no câmpus; o que estava conseguindo fazer e o que não conseguia; observar suas dificuldades

mais imediatas; como se relacionava com os colegas, entre outros;

- Contatar com a família, visto que, apesar de ter mais de dezoito anos, tinha o acompanhamento constante dos pais que eram muito presentes em sua formação;

- Conhecer e estudar as orientações legais para embasar a ação pedagógica e o planejamento;

- Buscar assessoria do Departamento de Educação Inclusiva – DEPEI.

Para preservar a identidade do estudante em questão, será utilizado um nome fictício: João. Ao ingressar no curso, João havia acabado de concluir o Ensino Médio em uma escola estadual de Lajeado, espaço onde era bem conhecido pelos professores e pela direção da escola e lhe era dispensada atenção personalizada. Era atendido por educadora especial e frequentou a Sala de Recursos Multifuncionais por alguns anos naquela escola. Além disso, desde cedo a família se preocupou em buscar atendimento com uma psicopedagoga, o que, segundo os depoimentos do pai, teve grande influência nos avanços de seu desenvolvimento.

Ele iniciou o curso no IFSul um pouco tímido, manifestava-se pouco e, em algumas disciplinas, parecia ter receio de mostrar ao professor o seu trabalho em aula. Matemática e Comunicação e Expressão eram suas áreas de maior dificuldade. Nas aulas de matemática, com frequência deixava de realizar as atividades, o professor tentava se aproximar dele para buscar entender em que realmente tinha dificuldade, mas ele era muito arreado, encontrava uma forma de se desviar do foco da atenção. Mais tarde foi possível entender que tal postura não era nenhum desleixo com os conteúdos, mas a sua forma de lidar com uma situação nova como a mudança de escola, o contato com professores diferentes, em um curso que possuía uma dinâmica diversa daquela que estava acostumado em sua escola



de origem. Ali precisaria lidar com a necessidade de organização e autonomia para administrar as tarefas e materiais de estudo disponibilizado no Q Acadêmico e ele não estava conseguindo inicialmente; muitas atividades ficaram incompletas e alguns trabalhos não entregues.

Outro fator que inicialmente se observou foi sua tendência ao isolamento. Escolheu para sentar um lugar no fundo da sala e, com frequência, os professores o flagravam distraído, alheio às atividades da aula.

3. RESULTADOS

A experiência aqui relatada, por ser a primeira em se tratando de processo de educação inclusiva, trouxe resultados importantes para a trajetória de todos os envolvidos.

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, que estava iniciando suas atividades no câmpus, precisou se mobilizar, estudar as leis, conhecer as características da deficiência de João e se fortalecer como grupo. Verificou-se a dificuldade do câmpus não poder contar com uma equipe multidisciplinar completa, com profissionais da área da psicologia e assistência social. Também não há o serviço do profissional de Atendimento Educacional Especializado, conforme prevê a Instrução Normativa nº 03/PROEN. Segundo a normativa, é esse profissional que deve coordenar e assessorar o processo de elaboração do Plano de Ensino Especial. Sem esse apoio, recorreu-se à Pró-reitoria de Ensino. Foi organizado um momento de capacitação com a professora Rosane Bom Barbier, que se reuniu com o NAPNE e o grupo de docentes. Pode-se dizer que a presença dela no câmpus foi decisiva para o trabalho. A partir do estudo de caso que ela coordenou com o grupo, foi possível acalmar

angústias e trouxe clareza para a tomada de decisões importantes.

As reflexões do grupo levaram a perceber que, no caso de João, não seria necessário mudanças curriculares acentuadas. Optou-se por realizar apenas adaptações metodológicas de acordo com a realidade de cada componente curricular. Além disso, foram adotadas as seguintes estratégias:

- Ofertar atendimento individualizado ao estudante nos componentes curriculares em que tinha mais dificuldade;

- Orientar para a sua organização com o material didático disponibilizado pelos professores no sistema Q Acadêmico, ensinando-o a baixar os documentos e incentivando que trouxesse sempre o material necessário para as aulas;

- Criar estratégias de comunicação com a família para que, nas situações em que não conseguia se organizar com os trabalhos, essa pudesse apoiá-lo para a execução e entrega das tarefas;

- Oportunizar a integração de João com a sua turma, cuidando para que não ficasse isolado na formação de grupos de trabalho;

- Criar a consciência para a importância da realização das atividades de aprendizagem propostas, responsabilizando-o, caso não conseguisse no tempo previsto, que elas fossem executadas em algum outro momento e mostradas ao professor. Muitas vezes elas eram feitas nos momentos de atendimento individualizado com a ajuda do professor.

Ao longo dos três semestres de trabalho com o estudante foi possível perceber sua significativa evolução. Com o passar do tempo, estava totalmente integrado na sua turma e no câmpus. Empreendia esforço para a aprendizagem, empenhava-se na execução das tarefas, tirava dúvidas. Nas aulas de alguns componentes curriculares, como Informática,



ele conseguia ajudar os colegas com mais dificuldade.

4. CONCLUSÃO

As estratégias relatadas acima foram resultado de observações sobre a experiência com o aluno e se tornaram importantes para o crescimento do grupo de servidores que atuaram com ele.

Contribuiu para certificar de que a inclusão se faz a partir do trabalho coletivo, juntando percepções e compartilhando modos de agir. Não é um caminho fácil porque ainda existem inúmeras carências estruturais – recursos humanos, físicos, materiais, pedagógicos, etc. Tem-se o amparo legal, mas ainda não se tem as reais condições para inclusão efetiva.

Com a experiência, foi possível reafirmar a importância de se engajar na busca de melhorias dessas condições, não esquecendo, no entanto, da responsabilidade que se tem com o aluno real, no presente. Não é possível esperar para agir até que sejam “dadas” as condições. Há que se construir caminhos, há que buscar parcerias, usar da humildade e admitir que a ajuda é necessária. Um olhar de humanidade para o outro, para o diferente, é o passo inicial.

Desde as primeiras formaturas, o curso adotou como prática oferecer, em cada cerimônia, o certificado de Menção Honrosa a alunos que tenham obtido destaque por aproveitamento e frequência. O êxito da experiência com João foi coroado ao final do curso quando, em sua formatura, recebeu essa láurea acadêmica. Foi o único aluno que obteve 100% de frequência no semestre. Considera-se essa uma experiência exitosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

BRASIL. Lei nº 9.394 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 de abril de 2019.

IFSUL. Resolução 51/2016. **Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/acoes-inclusivas/documentos-acoes-inclusivas>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

IFSUL. **Instrução Normativa nº 03/2016**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-instituiconais>. Acesso em: 22 de abril de 2019